



I Representação Parlamentar I



Interpeção ao Governo | Conclusões do relatório do GPIAM ao acidente em São Roque do Pico | Intervenção inicial

No seguimento de vários incidentes ocorridos - nos portos da Horta e da Madalena -, no dia 14 de Novembro de 2014 deu-se novo acidente, no porto de S. Roque do Pico, o qual causou a morte do cidadão José Norberto da Silva.

A gravidade deste trágico acidente impõe que a responsabilidade não morra solteira.

Num Estado de Direito, deixamos à justiça o que é da justiça. Aqui e agora, debruçamo-nos sobre as responsabilidades políticas.

Quando abordamos este caso, é impossível não nos vir à memória o trágico acidente de Entre-os-Rios, no qual morreram dezenas de pessoas, tendo a justiça ilibado todos os arguidos, pelo facto de não haver legislação ou protocolos técnicos, que estes tivessem a obrigação de cumprir. No entanto, foi e é de realçar a dignidade e a coerência do, então, ministro Jorge Coelho, o qual, sem delongas, assumiu as responsabilidades políticas do acidente e apresentou a sua demissão do Governo de então.

Portanto, deixando à justiça o que é da justiça, no campo político - que é o nosso -, importa apurar responsabilidades, objectivo que, ao que tudo indica, nem o Partido Socialista, nem o Governo Regional, pretendem assumir.

Desde logo, com todo o rocambolesco processo de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e infra-estruturas portuárias, nos Açores. O facto é que, não a podendo inviabilizar à partida - por ser potestativa, logo, não sujeita a deliberação e de natureza obrigatória -, o Partido Socialista, usando a sua maioria absoluta, utilizou todo o tipo de pretextos para que o processo não seguisse o seu curso normal.

Por outro lado, a falta de resposta (até hoje) do Governo Regional ao Requerimento do Bloco de Esquerda, sobre o inquérito ao acidente de S. Roque do Pico, é bem elucidativo.



I Representação Parlamentar I



Para quem quer apurar a verdade dos factos, no mínimo, podemos dizer que mostrou pouco interesse.

Contudo, a verdadeira estratégia do Partido Socialista, sobre este caso, é claramente posta a nu, com a sua reacção ao Relatório de Investigação do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos, autêntico marco sinalizador da incúria, da negligência e da irresponsabilidade que estão na origem deste trágico acidente.

Vamos, então, a questões mais concretas.

O Relatório de Investigação do GPIAM foi tornado público, por obrigação legal, no dia 2 de Junho de 2015. Ora, como assumiu o Director da entidade referida, também por imperativos legais, este Relatório foi, antes, entregue às empresas envolvidas.

Estas empresas tiveram trinta dias para se pronunciarem sobre o mesmo. Logo, o Relatório foi, pelos menos, entregue a 1 de Maio e desde esta data que estas empresas públicas conheciam o seu teor.

A pergunta que o Bloco de Esquerda coloca é: - Não conhecia o Governo Regional, desde o dia 1 de Maio de 2015 (pelo menos), o Relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos?

No caso do Governo não o conhecer, como explica o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes que os presidentes da Portos dos Açores e da Transmaçor – mas, particularmente, o primeiro -, não tivessem dado conhecimento à tutela de um relatório deste teor?

Em qualquer das situações, acha o Senhor Secretário Regional que o Senhor Engenheiro Fernando Nascimento mantém as condições requeridas, para continuar a presidir a tão importante e estratégica empresa da Região?

Esperamos a sua resposta mas, para nós, é óbvio que o Governo Regional conhecia o teor do Relatório.



I Representação Parlamentar I



Mas, mesmo assim, assumiu a decisão política da recondução do Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores porque, para o Governo e para o Partido Socialista, interessa mais a defesa do Partido do Governo e dos seus amigos do que a verdade dos factos.

Aliás, a linha de acção (ou de reacção) fica, claramente, assumida, quando o Senhor Presidente do Governo Regional defende, publicamente, que a responsabilidade política não está em “fugir” mas “em tomar as medidas necessárias para que acidentes, como o que está em causa, não se voltem a repetir, ou sejam minimizados”.

Ora, é evidente que a responsabilidade exige que se tomem medidas para o futuro, as mesmas que não foram tomadas até agora.

Mas de quem é a responsabilidade política dessas medidas não terem sido tomadas, até hoje, e terem tido, como consequência, a morte de um ser humano?

Para o Senhor Presidente do Governo Regional, o apuramento de responsabilidades do passado recente não é importante. E, em consequência, para o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes também não. Como tal, afirma o Senhor Secretário que, sendo o responsável da tutela, o acidente se deve a vários factores, não havendo uma causa única. Em conformidade, não assume qualquer tipo de responsabilidade.

É, pois, neste contexto que, para o Governo Regional e para o Partido Socialista, usando da sua maioria absoluta, tudo pode ser atropelado.

Quando decorre uma Comissão Parlamentar de Inquérito (entre outras coisas) também aos trágicos acontecimentos do dia 14 de Novembro último; quando, em tempo útil, o Governo Regional está na posse de um Relatório que coloca em causa a política de segurança dos passageiros, desenvolvida pela Portos dos Açores; o Governo Regional não respeita nada, nem ninguém e reconduz, para o mesmo cargo, um dos principais autores desta política errada.

É preciso, pois, uma grande desfaçatez, para vir acusar esta Interpelação do Bloco de Esquerda de “extemporânea”.



I Representação Parlamentar I



Neste contexto, todos/as percebemos - dentro e fora deste Parlamento - qual vai ser o posicionamento do Partido Socialista, na Comissão Parlamentar de Inquérito e podemos, até, adivinhar algumas das conclusões que a maioria parlamentar vai impor.

Mas, voltemos ao Relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos.

Para qualquer pessoa que o lê - à excepção do Partido Socialista -, o cabeço que provocou a morte de José Norberto Silva estava em deficiente estado de conservação, apresentando zonas com perda de material, por corrosão e acumulações de ferrugem, que chegam a alcançar 1 centímetro de espessura. No referido cabeço, existe uma zona com indícios de fractura recente e uma outra, com cerca de 1/3 do perímetro, que apresenta um aspecto mais antigo. A zona com aspecto mais antigo, para além de apresentar uma rugosidade diferente da mais recente, apresenta, também, alguma corrosão, indiciando a ocorrência de uma fractura, já com algum tempo de existência e com uma profundidade muito significativa. Mais à frente, pode ainda ler-se que, observando a base do cabeço, pode ver-se que a parte correspondente à zona mais antiga de corrosão, na superfície da fractura, se situava na zona, onde é aplicada a força de tracção do cabo.

Noutras partes do Relatório, pode, também, ler-se que a tensão ou força que era suposto o cabeço aguentar era muito superior àquela a que foi sujeito.

Posto isto, resta alguma dúvida de que foi, antes de mais, a falta de manutenção do mesmo que originou a trágica morte?

Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes: - nem o seu Gabinete, nem a Portos dos Açores, nem o Governo Regional questionou ou pôs em causa a idoneidade deste relatório. Não é verdade?

Se é verdade, então, o que o impede de assumir a responsabilidade política?

Diz o Senhor Secretário Regional que o acidente se deveu a um conjunto de factores. Vamos, então, de novo ao Relatório e analisemos os 'outros' factores:



I Representação Parlamentar I



- Ausência continuada, ao longo de mais de trinta anos, de manutenção dos cabeços, nos portos dos Açores, em particular, no porto de S. Roque do Pico;
- Posicionamento incorrecto dos cabeços para utilização pelos navios RO-RO, no porto de S. Roque do Pico;
- Inexistência, na Portos dos Açores, de documentos com as especificações técnicas dos cabeços;
- Utilização, pelo Gilberto Mariano, de cabos exageradamente sobredimensionados, no seu esquema de amarração;
- Metodologia de amaragem incorrecta;
- Exposição à ondulação vinda do alto.

Senhor Secretário Regional, com excepção das condições do mar, todas as faltas apontadas pelo relatório do GPIAM são resultado de falhas de segurança de empresas tuteladas pela sua Secretaria.

Estes são, de facto, os “diversos factores” de que o Senhor fala para não assumir as suas responsabilidades.

Existem outros factores? O Relatório era credível, no início mas, agora, deixou de o ser? Desde quando? Por que razão?

O Senhor Engenheiro Fernando Nascimento referiu, à Comunicação Social, a existência de outros relatórios, portadores de conclusões bem diferentes. Onde estão esses relatórios? Por que razão nos são sonogados?

Está na hora de falar a verdade aos/às Açorianos/as. Até porque, falar verdade faz mais pela democracia e pela participação cidadã do que muitas manobras políticas, só para cumprir calendário.

Está na hora da assunção de responsabilidades; está na hora de deixar de se esconder dos/as Açorianos/as, por trás de biombos de retórica, suportados por uma maioria parlamentar.



I Representação Parlamentar I



Em consequência de tudo isto, o Bloco de Esquerda reafirma a sua posição, a saber, que o Senhor Engenheiro Fernando Nascimento não tem condições políticas para presidir à Portos dos Açores.

Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, certamente que, numa empresa sobre a sua tutela, o responsável da mesma não lhe será imposto. Ou é? Pelo

principal violadora de normas de segurança elementares.

É verdade que esta situação não tem só a ver com o passado recente. Mas, Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, a sua actual postura não dá credibilidade nenhuma para que o futuro seja diferente.

Horta, 16 de Junho de 2015